

ELEIÇÕES 2026

# Regras mais duras para uso de IA

O avanço da desinformação desafia a segurança nas urnas. Para especialistas, eleitores terão dificuldades em distinguir o real do fake

» ALÍCIA BERNARDES  
» EDUARDA ESPOSITO

O uso de inteligência artificial (IA) no campo político tem causado preocupação para as eleições gerais que ocorrerão em outubro deste ano. Vídeos e fotos falsos de candidatos, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), têm se tornado mais frequentes nas redes sociais, e esse fato não passou despercebido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao abrir um seminário institucional em Brasília sobre o pleito, a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, afirmou que a circulação coordenada de conteúdos falsos busca gerar descrédito no sistema eleitoral e interferir na decisão do eleitor, com o objetivo de “capturar a vontade livre” por meio de estratégias tecnológicas.

Na semana passada, o TSE publicou 12 propostas de alterações às regras eleitorais para o pleito deste ano. O órgão também aceitou sugestões, por meio de um formulário, até 30 de janeiro. As proposições serão analisadas em audiências públicas a partir da próxima terça-feira para que, depois, o TSE divulgue as normas que valerão para as eleições de 2026. **(leia mais no quadro abaixo)**

Entre as propostas publicadas em janeiro pelo tribunal, estão sugestões para o uso de IA no pleito, como a imposição de identificação de conteúdo multimídia fabricado — qualquer material visual feito por IA deverá trazer o aviso explícito. Também há restrição de uso de chatbots e avatares para intermediar comunicação em período de campanha, sendo proibida que haja simulação de conversas com o candidato ou que pareça ser uma pessoa real. Há ainda a vedação total de deepfake, contra ou a favor, assim como obrigar provedores de internet a retirar

Valter Campanato/Agência Brasil



conteúdos do ar sem necessidade de ordem judicial.

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovações, Luciana Santos, afirmou durante participação no *CB.Poder* de 21 de janeiro que não concorda com o uso da tecnologia durante as eleições, atrelando o medo ao famoso deepfake. “É um problema porque, com as tecnologias que têm, você muda a voz, a imagem, fica igualzinho a qualquer contexto que lhe colocam ali. Há velocidade para identificar se aquilo é mentira ou é falso, mas a velocidade da campanha não possibilita isso, porque, até que você desminta aquilo, a eleição é rápida”, disse no programa, uma parceria do **Correio** com a TV Brasília.

Para especialistas, este pleito deverá estabelecer precedentes sobre o

uso da tecnologia em eleições. O advogado especializado em direito digital Walter Silveira Moraes acredita que os eleitores terão dificuldades em distinguir o real do fabricado. “Na prática, com essas mudanças e potencializações que podem ser realizadas por meio de conteúdos gerados por IA, o eleitor passa a ter mais dificuldade em responder a questionamentos básicos ligados a origem e à veracidade do conteúdo, mantendo sempre uma dúvida quanto à procedência daquele material”, explica. Para o especialista, a velocidade, a similaridade e a confusão da origem podem manchar reputações que nem mesmo retratações teriam o mesmo impacto ou alcance.

Moraes destaca ainda o grande risco da deepfake, por alcançar o que as pessoas mais confiam:

imagem e voz. “Esses deepfakes carregam duas características fundamentais: impacto emocional e correção tardia (impossível, em alguns casos). A primeira vem com um viés de confirmação, tendo aparência de prova. Enquanto a segunda mantém o propósito do conteúdo propagado, já que mesmo que o vídeo/imagem seja desmentido, seus efeitos dificilmente serão cessados na mesma proporção do ‘estrago feito’”, afirma.

Para aqueles que desejam se proteger de conteúdo falso gerado por meio de IA, o advogado dá algumas dicas, como consumir informação de fontes confiáveis e buscar o fato em outros canais de comunicação, para saber a procedência da informação. E nas redes



**Não há dúvida de que as tecnologias, quando usadas para divulgar mentiras, podem levar à contaminação das eleições”**

**Cármen Lúcia,**  
*presidente do TSE*

sociais, Walter destaca os vídeos editados ou cortados e incentiva a denúncia. “Busque desconfiar de vídeos editados demais, com ênfase em determinados pontos de legenda ou que queiram evidenciar apenas um trecho isolado. Procure a origem daquela informação que chegou até você e denuncie sempre que perceber que está diante de um conteúdo com desinformação ou informações falsas”, orienta.

### Redes sociais

A minuta do TSE trouxe também um destaque para o papel das plataformas digitais ao proibir que conteúdos com condutas e atos antidemocráticos, discursos de ódio, como racismo, homofobia, fascismo e qualquer tipo de preconceito, sejam veiculados. De acordo com Walter, as plataformas devem seguir três verticais essenciais: moderação ativa, remoção rápida e cooperação direta com a Justiça

## Risco de disputa antecipada

Além da inteligência artificial, o TSE sugeriu alterações em outros pontos, como a propaganda eleitoral. O advogado especialista em direito eleitoral, Luis Gustavo Cunha, acredita que a Corte tem visto de forma negativa a propaganda eleitoral antecipada. “A nova orientação parece caminhar para uma leitura mais restritiva, o que, por um lado, amplia a proteção à liberdade de expressão, mas, por outro, rompe com uma linha jurisprudencial que buscava coibir estratégias de desgaste eleitoral precoce”, afirma.

Na avaliação de Cunha, a flexibilização para críticas impulsionadas sem referência direta às eleições pode favorecer campanhas negativas organizadas fora do período eleitoral. Porque, mesmo com controle, transparência e responsabilização exigidos durante a campanha, não significará que toda crítica impulsionada seja ilícita, mas o ambiente normativo pode estimular abusos difíceis de coibir posteriormente. O advogado acredita que os instrumentos jurídicos para fiscalizar esses novos conteúdos são limitados. “A prova da finalidade eleitoral passa a ser mais complexa, o que reduz a efetividade da fiscalização e pode gerar uma zona cinzenta de difícil enquadramento jurídico”, alerta.

De acordo com o especialista, as propostas apresentadas dialogam de forma sensível com o uso de influenciadores para atacar instituições públicas ou adversários políticos nas redes. “Casos recentes demonstram que influenciadores podem atuar como agentes políticos informais, muitas vezes financiados por terceiros, sem qualquer transparência. Uma interpretação excessivamente permissiva pode acabar legitimando esse tipo de atuação, enfraquecendo os mecanismos de responsabilização e dificultando a identificação dos reais beneficiários dessas campanhas.”

Além disso, o advogado frisa que as novas regras não parecem ser suficientes para coibir abusos como uso de contas anônimas, redes coordenadas e monetização de ataques políticos. “Sem mecanismos claros de rastreabilidade, transparência e responsabilização, esses abusos tendem a



**A crítica política deve ser protegida, mas não pode servir de escudo para práticas que distorcem a competição eleitoral”**

**Luis Gustavo Cunha,** *advogado especialista em direito eleitoral*

### » Audiências públicas

Entre terça e quinta-feira, o TSE vai realizar audiências públicas para discutir as normas das eleições 2026 com a sociedade. As audiências serão presenciais, em Brasília, e por videoconferência, com até duas horas de transmissão ao vivo no canal da Justiça Eleitoral no YouTube e, também, na TV Justiça. Na terça-feira, às 10h, começam os debates sobre pesquisas eleitorais, auditoria e fiscalização, sistemas eleitorais e atos gerais do processo eleitoral. No mesmo horário, na quarta-feira, será discutido o registro de candidaturas, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a prestação de contas. E, às 11h na quinta, o debate será sobre propaganda eleitoral, representações e reclamações, ilícitos eleitorais, transporte para eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida e a unificação das normas para o cidadão nas eleições.

persistir, independentemente da boa intenção da norma.”

Para ele, o TSE precisa aprimorar os mecanismos investindo em transparência, e não em censura. “É possível preservar a liberdade de expressão exigindo identificação de financiadores de impulsionamento político, mesmo fora do período eleitoral, além de critérios objetivos para caracterização de abuso de poder econômico. A crítica política deve ser protegida, mas não pode servir de escudo para práticas que distorcem a competição eleitoral”, opina.

### Financiamento oculto

Na visão de Luis Gustavo Cunha, há um risco real de desequilíbrio na disputa eleitoral com gente com maior poder econômico que podem financiar críticas antecipadas. “Grupos com maior capacidade financeira conseguem sustentar campanhas de comunicação prolongadas, segmentadas e altamente profissionais. Isso pode gerar desequilíbrios relevantes no debate público antes mesmo do início oficial da campanha, tensionando o princípio constitucional

da igualdade de chances entre os candidatos”, destaca.

Em outro ponto, pode significar até mesmo o retorno indireto do financiamento privado em campanhas eleitorais. “Não se trata de um retorno formal do financiamento privado, mas de um mecanismo indireto que pode produzir efeitos semelhantes, sem os controles clássicos de teto de gastos, prestação de contas e transparência”, enfatiza.

Restará ao TSE diferenciar uma crítica legítima à administração pública de uma propaganda eleitoral negativa disfarçada. Mas para o especialista, não é uma tarefa simples. “Essa distinção nunca foi simples e tende a se tornar ainda mais complexa. A crítica legítima integra o debate democrático e não pode ser presumida como ilícita. O problema surge quando há profissionalização da mensagem, impulsionamento sistemático, elevado aporte financeiro e direcionamento específico a atores políticos com potencial candidatura. Nesses casos, embora não haja pedido explícito de voto, o conjunto de elementos pode revelar finalidade eleitoral indireta”, diz. **(AB e EE)**



Boletim informativo das  
Organizações Paul00ctavio

Informe publicitário

1º DE FEVEREIRO DE 2026 | BRASÍLIA/DF



## RESPEITO AOS FUNCIONÁRIOS

PAULO0CTAVIO ENTRA EM 2026 CONTRIBUINDO COM A ECONOMIA DE BRASÍLIA

**A Paul00ctavio reafirmou, em 2025, suas relevâncias econômica e social.** Com mais de 5 mil funcionários, o grupo evidencia sua força como um dos maiores empregadores do Distrito Federal. E reflete não apenas sua dimensão, mas também o compromisso contínuo com a formalização do trabalho.

**Ao cumprir rigorosamente suas obrigações legais,** a Paul00ctavio contribui diretamente para a sustentação da economia, já que os recursos recolhidos ajudam a financiar políticas públicas essenciais. O impacto positivo se espalha por toda a cadeia produtiva do DF e demonstra estabilidade financeira e responsabilidade corporativa, reforçando a confiança de clientes, colaboradores, parceiros e do poder público.

**Em um cenário econômico desafiador, essa regularidade** ganha ainda mais relevância. A Paul00ctavio se consolida como referência em gestão de pessoas. Além disso, o Grupo faz um investimento constante em mão de obra e fortalece o desenvolvimento regional. Dessa forma, a empresa vai além da geração de empregos, afirmando-se como pilares econômico e social para o Distrito Federal.

www.paulooctavio.com.br